



PROJETO

JUVENTUDE

EPREVENÇÃO DAVIOLÊNCIA

Capacitação de gestores

05

Novas abordagens sobre
prevenção da violência
entre jovens

Realização:



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Parceria estratégica:



O que é esta cartilha?

Sumário

O que é esta cartilha?.....	2
Histórico	4
Metodologia da sensibilização	6
Conteúdos da sensibilização	8
Como fazer?	32
Saiba mais	37
Créditos e Ficha técnica	38

O envolvimento dos jovens brasileiros com a violência e, sobretudo, com a violência letal, é um problema grave, urgente e complexo. Aqueles que atuam no campo da segurança pública ou em áreas relacionadas à juventude se veem diante de muitos desafios, inúmeras perguntas e poucas respostas para enfrentar essa questão.

As soluções, de fato, não são simples. Mas há caminhos, e eles vêm sendo construídos, em todo o país, por pesquisadores, estudiosos, gestores do setor público e de projetos sociais, e jovens que se dedicam a entender a fundo o problema, formular e desenvolver ações inovadoras e eficazes.

Esta cartilha reúne conhecimentos teóricos e práticos para orientar e inspirar a realização de projetos de prevenção da violência entre jovens. Mais do que apontar receitas

e fórmulas replicáveis, este material pretende oferecer novos pontos de reflexão, sugerir perspectivas e modos de fazer compatíveis com o princípio de que segurança pública se faz com informação, integração e, acima de tudo, pautada pela garantia dos direitos dos cidadãos.

Produzida pela equipe do Instituto Sou da Paz, a cartilha faz parte do projeto *Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação*, uma iniciativa do Ministério da Justiça (no âmbito das ações do PRONASCI, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) que visa identificar, conhecer e promover estratégias de prevenção da violência entre adolescentes e jovens em todo o território nacional.

O Sou da Paz, parceiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Ilanud nesta empreitada, elaborou cinco cartilhas, que tratam dos seguintes temas: escola; polícia e juventude; cidade e espaços públicos; cultura de paz; e capacitação de gestores sobre juventude e prevenção da violência.

Cada cartilha foi produzida com o apoio de especialistas e apresenta experiências desenvolvidas em diversas regiões do país, além de uma seção (Saiba mais) com referências para se aprofundar nas discussões levantadas.

Esperamos, com estas cartilhas, contribuir para ampliar as iniciativas que buscam preservar a vida e a segurança da juventude.

Boa leitura!

Histórico

Juventude e Prevenção da Violência: novas perspectivas

Ao longo de 2009, o Instituto Sou da Paz percorreu 13 estados do Brasil com o seminário *Juventude e Prevenção da Violência: novas perspectivas*, no âmbito do projeto *Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação*. Foram 16 seminários envolvendo 913 gestores que atuam em 90 municípios, que tiveram como objetivo contribuir para o aprimoramento e o desenvolvimento de projetos e políticas de prevenção da violência na adolescência e na juventude, por meio da disseminação de conhecimentos e da sensibilização de profissionais que atuam nessa área.

A alta taxa de interesse e participação do público em todos os locais confirmou a demanda por encontros de formação e conscientização que tratem dessa temática desafiadora e com a qual muitos profissionais não têm familiaridade. Assim, a equipe do Instituto Sou da Paz considerou relevante compartilhar a forma e os conteúdos trabalhados nos seminários.

Para as apresentações e atividades propostas, foram escolhidos os seguintes assuntos: violência, juventude, novo paradigma da segurança pública, realização de diagnóstico e construção de propostas de prevenção da violência. Os seminários tiveram a duração de dois dias, tempo suficiente para promover uma sensibilização sobre os assuntos e garantir a presença dos participantes durante todo o evento, possibilitando maior troca e participação.

No primeiro dia, foram abordados os tipos de violência (com o foco no que se denominou “violência direta”, como será visto adiante) e as perspectivas de superação do problema. No período da tarde, os gestores participaram de uma dinâmica de aproximação do univer-

so jovem, que serviu de aquecimento para debater conceitos e visões sobre a relação entre juventude e violência. Para encerrar, foi feito o levantamento dos principais problemas de violência envolvendo jovens da região.

Os seminários abordaram violência, juventude, novo paradigma da segurança pública, realização de diagnóstico e construção de propostas de prevenção da violência.

No segundo dia, foi feita uma apresentação conceitual do novo paradigma da segurança pública e, com base nas questões levantadas anteriormente, os participantes, divididos em grupos de trabalho, realizaram um exercício de diagnóstico mediante o levantamento de fatores de risco e de proteção. Em seguida, outra apresentação conceitual e um exercício sobre a construção conjunta de ações de prevenção. O evento foi fechado com o compartilhamento de recomendações.

Ao detalhar esse processo, com conceitos e dicas sobre a organização e a condução de um encontro de sensibilização sobre prevenção da violência entre jovens, esta cartilha pretende ser um material de referência para os profissionais que lidam com essa problemática e, mais ainda, que pretendem aperfeiçoar a formação das equipes.

Esperamos que a cartilha seja fomentadora de processos de sensibilização e formação sobre o tema e que vocês (re)criem novas atividades, de acordo com suas necessidades e seus interesses.

Bom trabalho!

Estimulando a Participação do Grupo

Os seminários realizados pelo Sou da Paz tiveram um formato participativo, em que se procurou combinar apresentações conceituais com momentos de debate e produção em grupo, aproveitando, assim, o conhecimento dos participantes. A opção por esse modelo se deu pela crença de que quanto mais as pessoas vivenciarem na prática aquilo que está sendo exposto e debatido conceitualmente, mais elas estarão apropriadas dos temas abordados.

Os seminários foram conduzidos por uma dupla de facilitadores e contaram com os seguintes momentos:

- *Apresentação conceitual:* o facilitador expõe ao grupo os conteúdos (com apoio de slides) buscando relacioná-los a exemplos da realidade. A exposição procura trabalhar de forma dialogada com o público a fim de alinhar entendimentos e trazê-los para participar do debate.
- *Atividade em grupo:* o assunto em pauta, já apresentado, é colocado em debate com todos os participantes ou Grupos de Trabalho. São realizadas dinâmicas nas quais os participantes são convidados a experimentar a forma de trabalho proposta.
- *Fase de conclusão:* o grupo e os facilitadores fazem, ao término de cada atividade, o fechamento do assunto.
- *Avaliação:* além de avaliar o próprio evento, os comentários do grupo colaboram para o aprimoramento e realização de outros encontros. Essa avaliação pode ser feita no fim do primeiro e/ou do segundo dia, oralmente ou por escrito. Se for questionário, pode ter formato de “múltipla escolha” ou perguntas abertas em que os participantes escrevem sua opinião.

Os facilitadores precisam estar preparados para conduzir a sensibilização. De um lado, devem ter clareza sobre a linha lógica conceitual (de onde partirão e onde pretendem chegar) e também os conceitos trabalhados. Ao mesmo tempo, precisam estar atentos à sua postura, criando um ambiente aberto, de participação e trocas, sem julgar o que é certo e errado, mas deixando claras as concepções idéias centrais que se quer disseminar no encontro.

É papel dos facilitadores:

- Facilitar a transferência do conhecimento.
- Fazer a mediação entre os participantes.
- Colaborar nos debates.
- Apontar possíveis contradições nas argumentações.
- Escutar e acolher as experiências, as frustrações e as colaborações dos participantes.

Nas próximas páginas apresentaremos cada conceito tratado com detalhes e sugestões de atividades em grupo.

Atenção!

Na seção **Saiba mais**, listamos as referências utilizadas para construir o conteúdo da sensibilização em prevenção da violência entre jovens.

Conceitos Abordados e Atividades Propostas

A seguir, apresentaremos os conteúdos abordados, respeitando a ordem lógica estabelecida nos seminários que realizamos. Também estão incluídas sugestões de atividades em grupo para promover discussões e trocas de experiências e simular exercícios práticos para que os participantes se apropriem dos conceitos trabalhados.

O que é Violência e como Superá-la?

Apesar de ser um assunto cotidiano, a violência pode ser entendida de muitas maneiras. Sendo assim, para iniciar a sensibilização, acreditamos ser interessante expor definições conceituais de violência, suas manifestações e estratégias de superação, combinando a apresentação expositiva com espaços de debate e participação do grupo.

Como a maioria dos participantes deve ter alguma experiência ou contato com o tema, durante a apresentação conceitual, é importante fazer ligações entre a teoria e o dia a dia. O facilitador pode trazer alguns exemplos e incentivar os participantes a compartilhar suas vivências. Pode começar com um aquecimento, uma pergunta aberta a todos: o que é a violência? Entre as respostas, possivelmente, estarão a criminalidade, a exclusão social, a violência do Estado perante os cidadãos, um determinado acontecimento. É importante que o facilitador escute e contemple tais visões, mas procure manter o foco da discussão.

Para fazer a apresentação conceitual, uma sugestão é partir de duas definições de violência:

- “Ação intencional que provoca dano” (segundo os especialistas Paulo Sergio Pinheiro e Guilherme Almeida, no livro *O Que é Violência Urbana?*).

- “Uso intencional de força física ou de poder, na forma real ou de ameaça, contra si mesmo, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem grandes chances de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, subdesenvolvimento ou privação” (segundo a Organização Mundial de Saúde).

Esses dois conceitos trazem elementos constituintes da violência que são importantes para se pensar em causas e estratégias de prevenção:

- Ação (ou omissão)
- Intencionalidade
- Produção de dano

De fato, pensando em um homicídio, em um assalto, um caso de agressão na escola ou mesmo na violência do Estado contra os cidadãos, é possível ver esses elementos.

Outra definição de violência, que apresenta uma visão sistêmica, foi criada por Johan Galtung, sociólogo norueguês pioneiro nos estudos de paz. Para ele, a violência pode ser dividida em três tipos: direta, cultural e estrutural, que estão diretamente relacionadas e se retroalimentam.

- *Violência direta*: aquela que podemos ver porque se manifesta pelo comportamento das pessoas. Pode ser física ou verbal.
- *Violência cultural*: aquela formada por normas, discursos, símbolos, metáforas, comportamentos e representações sociais que legitimam a violência. Por exemplo: preconceitos, palavras de guerra, estereótipos, valorização de certas atitudes.
- *Violência estrutural*: aquela ligada à ordem social estabelecida, à estrutura política e econômica.

A tipologia da violência criada por Galtung é um bom norte para as discussões sobre prevenção da violência porque aponta que um ato violento não está desconectado da rea-

lidade. Ele é, na verdade, a ponta do *iceberg*. E, portanto, para pensar em estratégias de redução da violência, é essencial olhar para o todo.

Atenção!

É comum que as pessoas associem violência a exclusão social e, portanto, que bastaria resolver os problemas sociais para resolver a violência. A tipologia da violência de Galtung trata, também, da violência estrutural, mas é importante lembrar que ela não é a única causa da violência, há diversos outros fatores relacionados. O que podemos aprender com Galtung é que é preciso ter um olhar mais sistêmico e abrangente sobre a violência.

Nessa apresentação, também é importante mostrar para os participantes que a violência é um fenômeno complexo e relacionado a diversos fatores e causas. Além do que já foi apontado, como os elementos constituintes da violência e as outras violências que se relacionam e alimentam a violência direta, é preciso apresentar aos participantes outros aspectos que podem fazer parte do contexto que gerou um ato violento. Resumindo, por trás de um ato violento pode haver:

- a intenção de causar dano;
- a pessoa ou grupo que pratica violência;
- uma ação violenta;
- a pessoa ou grupo que é vítima da violência;
- fatores culturais que estimulam a pessoa a praticar violência;
- fatores estruturais;
- catalisadores da violência, como armas de fogo, álcool e drogas.

Ter em mente todos esses fatores ajuda a perceber como a violência é complexa, e por isso mesmo não há soluções únicas nem respostas prontas. Esse é um ponto que será reforçado ao longo de toda a sensibilização. Mas dizer isso não significa que a tarefa de prevenir a violência é impossível; pelo contrário, ela será mais eficaz quanto mais conseguir responder a essa complexidade.

É necessário entender a dinâmica local da violência, desenvolver uma intervenção para dar conta dela, com diversos órgãos e atores realizando ações em um mesmo local, e buscar a integração dessas estratégias. A violência não pode ser entendida como um fenômeno cartesiano com causa e efeito lineares. Assim, depois da apresentação conceitual, é importante mostrar exemplos práticos de sucesso na redução da violência.

Nos seminários realizados, optamos por utilizar um exemplo com o qual a equipe do Instituto Sou da Paz tem bastante familiaridade: o do distrito do Jardim Ângela, na cidade de São Paulo. Para relatar esse caso, mostramos o cenário da violência ali, o que estava associado àquele contexto e então passamos às ações realizadas e aos resultados. A apresentação começou com a divulgação de manchetes de jornal de 1996, chamando o distrito de “o lugar mais violento do mundo”. Se as pessoas olhassem apenas para essa ponta do *iceberg*, não conseguiriam ver a complexidade da situação nem pensar em soluções eficazes. E o que indicava um olhar mais acurado sobre o local?

- Alto índice de homicídios.
- Altíssimo índice de homicídios de jovens.
- Maioria dos homicídios à noite, fins de semana, com uso de arma de fogo e por motivos banais.
- Histórico de disputas entre gangues.
- Polícia violenta e distante da população.
- Pouca presença do Estado.
- Ausência de espaços de convivência.
- Cultura do medo e banalização da violência.

Diante desse quadro, a sociedade civil, o poder público e a população se mobilizaram e foram realizadas diversas ações no Jardim Ângela, buscando dialogar com os problemas detectados:

- Criação do Fórum em Defesa da Vida: mais de 200 organizações que atuavam na região passaram se reunir frequentemente para discutir soluções para a violência.
- Caminhada em Defesa da Vida, todos os anos, para mobilizar os moradores, dar visibilidade ao problema e valorizar a vida.
- Investimentos públicos em educação, assistência, transporte e urbanização.
- Implementação de um novo modelo de policiamento: bases comunitárias (as primeiras do estado de São Paulo), polícia como mediadora de conflitos.

- Projetos específicos para a juventude: formação de lideranças, cursos profissionalizantes, grêmios em escolas, procurando fortalecer lideranças positivas e ampliar o repertório dos jovens em como solucionar conflitos de forma dialogada.
- Incentivo ao desarmamento, com postos de recolhimento de armas de fogo na região, atividades em escolas e outras ações de mobilização social.

De acordo com a Fundação Seade, entre 1999 e 2004 os homicídios no Jardim Ângela caíram 73%, fruto da conjunção de todas essas iniciativas. Esse caso mostra que é possível reduzir a violência letal, mesmo que seja uma tarefa complexa que exija esforços de muitos setores.

Atenção!

Após a apresentação do caso escolhido como exemplo, o facilitador pode pedir que os participantes relatem experiências de sucesso na redução da violência. Esse é um momento que possibilita a troca de experiências e saberes.

Quem é a Juventude e Qual sua Relação com a Violência?

A apresentação sobre juventude permite alinhar conceitos e visões sobre esse grupo que, apesar de representar uma grande parcela da população brasileira, ainda carece de muitas políticas públicas específicas em diversas áreas. Também possibilita aproximar os participantes desse universo e de questões centrais para pensar a relação entre juventude e violência.

A apresentação pode começar com uma dinâmica de aproximação com o universo juvenil. Isso permite que os participantes se lembrem de como eram quando jovens, lembrando suas expectativas e desejos e comparando-os com os jovens de hoje. A dinâmica é interessante porque muitos profissionais, ao falar da juventude, falam dos jovens como se fossem um grupo desconhecido e à parte, sem considerar que todos já foram jovens e passaram por experiências semelhantes.

Atividade: Aproximação do Universo Jovem

Duração: 20 minutos

Material: lousa ou *flip chart* para escrever o que os participantes falam

Objetivo: promover a reflexão sobre a juventude considerando que os participantes foram (ou ainda são) jovens.

Atividade:

O facilitador pergunta para o grupo:

1. Quais eram seus principais interesses aos 15, 22 e 27 anos?
2. Quais eram suas expectativas de futuro aos 15, 22 e 27 anos?
3. Quais eram seus maiores medos aos 15, 22 e 27 anos?

Após a apresentação dos grupos, o facilitador pode fazer uma reflexão com os participantes, tentando encontrar pontos comuns e diferenças em relação a cada idade.

A diferenciação por idade (15, 22 e 27 anos) facilita a reflexão sobre as diferenças entre elas e ao mesmo tempo relativiza as variações, ou seja, ora a ênfase se dá no coletivo, ora na própria pessoa. Por exemplo, aos 15 anos, a maioria do grupo vai dizer que suas expectativas estavam relacionadas à escola, a ter amigos e ser popular. Aos 27, pode ser que as expectativas dissessem respeito à carreira e à família etc.

Terminada a dinâmica, o facilitador pode fazer a apresentação conceitual sobre juventude, aproveitando, quando for pertinente, os exemplos dados pelos próprios participantes durante a dinâmica.

Em relação à juventude, são muitas as perguntas. O que é a juventude hoje? Quem são os jovens? O que a sociedade atual entende por juventude? Como os jovens se colocam? Assim, o ideal é começar dando um panorama da construção histórica dos conceitos de juventude, quais as visões e quais as características desse grupo.

De fato, não há uma definição única do que seja a juventude. Ela pode ser entendida de formas variadas: como uma categoria socialmente construída que muda conforme o contexto, como a relação entre ciclos históricos e faixas etárias definidas culturalmente, e não naturalmente, como uma fase de vida. E, por isso, as representações sobre a juventude, a posição social dos jovens e o tratamento decorrente dessa posição também variam.

Em geral, a juventude está associada a um período de vida, marcado pelas mudanças físicas, psicológicas e sociais e pela passagem da condição infantil para a adulta. A principal característica está ligada à experimentação (do mundo do trabalho, da vida social, do pertencimento a diversos grupos). Apesar de não ser possível reduzir o conceito de juventude a “faixa etária”, é preciso delimitar um início e um fim para essa categoria social e assim criar políticas que respeitem suas especificidades. Assim como a Secretaria Nacional de Juventude, adotamos, juventude como a faixa que corresponde dos 15 aos 29 anos e pode ser subdividida da seguinte forma:

- Adolescentes – jovens: de 15 a 17 anos
- Jovens – jovens: de 18 a 24 anos
- Jovens – adultos: de 25 a 29 anos

Essas subdivisões não são rígidas, mas são importantes porque colocam em evidência que, para cada um desses grupos, há características e prioridades distintas.

Outro ponto essencial a ser levantado nessa apresentação é a diferenciação entre adolescência e juventude. Hoje, ainda é muito comum as pessoas se referirem a jovens, “projetos para a juventude”, quando na verdade estão falando de adolescentes. Diferenciar esses dois grupos ajuda a entender quais as características e demandas de cada um.

A adolescência e a juventude têm suas diferenças e intersecções, como pode ser visto no quadro:

	Adolescência	Juventude
Foco	Desenvolvimento biológico	Experimentação
Palavra-chave	Preparação	Inserção
Faixa etária	12 a 18 anos incompletos	15 a 29 anos
Síntese	Fase específica do desenvolvimento humano caracterizada por mudanças e transformações múltiplas e fundamentais para que o ser humano possa atingir a maturidade e se inserir na sociedade no papel de adulto.	Fase marcada centralmente por processos de desenvolvimento, inserção social e definição de identidades, o que exige experimentação intensa em diversas fases da vida.

Feita a distinção, é importante explorar o que é a juventude. Afinal, há uma única juventude ou existem juventudes? A juventude é bastante plural, tanto que alguns autores adotam o termo juventudes para deixar explícitas não apenas as diferenças de faixa etária, classe social, etnia, local de moradia, condição econômica e gênero, mas também a diferença social e de oportunidades que afeta essa categoria.

As diferenças – sociais e de oportunidades – influenciam o modo como os jovens se apresentam ao mundo e nos grupos socioculturais de que fazem parte. Entendendo a juventude como um momento fundamental para o jovem se desenvolver plenamente como cidadão e construir sua identidade, é necessário oferecer oportunidades que deem conta dessas necessidades. Espaços e relações de boa qualidade ampliam suas possibilidades de escolha, de desenvolvimento de suas potencialidades e condições de elaboração de seu projeto de vida.

Os jovens têm uma necessidade de reconhecimento, visibilidade, validação social de seus atos e escolhas. A juventude é o momento em que “o que o outro pensa” tem muita importância, diferente da intensidade com que vivemos isso na infância ou na fase adulta. E é no contato com o outro que os jovens têm oportunidade de reconhecer as diferenças, de criar, experimentar o mundo e testar suas preferências. Nesse processo, inserem-se em

diversas dimensões da vida social, por meio das quais constroem o conjunto de valores que orientará sua forma de estar no mundo e em suas relações. Essa é a fase, também, da criatividade, da busca pelo novo, das descobertas e experimentações.

Conhecer os jovens em sua realidade, descobrindo os diferentes modos pelos quais constroem a sua identidade, e reconhecê-los como sujeitos de direitos se torna fundamental para pensar em projetos e políticas voltados a esse público. De uma forma geral, e isso vale para qualquer setor quando se pensa em políticas para a juventude, é importante que contem com mecanismos de participação democrática na perspectiva do protagonismo juvenil.

Outro ponto que deve ser levado em conta ao desenvolver projetos para a juventude é trabalhar com características próprias desse momento de vida, como a busca por novas emoções, a formação de identidade, a necessidade de pertencimento a grupos, a construção de uma autoestima positiva e de um projeto de vida, assim como sua necessidade de validação e visibilidade perante o grupo.

Atenção!

A forma pela qual o jovem se coloca no mundo diz respeito ao que ele quer comunicar, seja no modo de se vestir, de falar, seja nos grupos a que ele pertence.

A identificação com o grupo acontece de muitas formas, pois cada um tem seus símbolos e identidades. O jeito de se vestir talvez seja a forma mais evidente da comunicação entre jovens e da busca em fazer parte de um grupo. Determinadas marcas e adereços são símbolos de identificação e trazem visibilidade, estabelecem relações sociais e servem tanto para aproximar quanto para manter distância.

Tomando como exemplo o uso do boné, ele pode ser interpretado de várias maneiras, e pode ter significados diferentes de acordo com o grupo, o local e a própria pessoa que o usa.

Por isso, antes de estabelecer um pré-julgamento sobre vestimentas e comportamentos juvenis, é preciso entender o que as atitudes e símbolos podem estar querendo dizer. Refletir sobre o significado de objetos e símbolos corriqueiros pode ser um caminho para entender melhor a juventude.

Hoje, no Brasil, existe um enorme contingente de jovens que, por não terem a oportunidade de ter e ser o que esperam, se tornaram invisíveis para a sociedade. São frequentemente associados a uma representação negativa e estereotipada, vistos na perspectiva da falta, da incompletude, da desconfiança, como potenciais delinquentes ou alienados do contexto sociopolítico. Esse é um ponto importante a ser levado em conta quando se pensa a relação entre juventude e violência. E como se dá tal relação?

O primeiro ponto é definir de que violência estamos falando. No caso dessa sensibilização, o foco é a violência letal, os homicídios. E em relação aos homicídios, que dados estão disponíveis? Os dados do DATASUS (2004) mostram que a juventude no Brasil, constituída por cerca de 51 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, é o grupo mais vulnerável à violência no país, o que os coloca no foco das atenções. Esse é um dado que muita gente já conhece, mas nem todos pararam para olhar com atenção.

Sobretudo quando se pensa em violência letal, os dados específicos da juventude são alarmantes. E, quando se pensa em soluções para enfrentar a violência, um primeiro passo é justamente exercitar um olhar mais focalizado.

Partindo do macro para o micro, é possível chegar a alguns números:

- Em 2004, o Brasil possuía aproximadamente 5.560 municípios.
- Em 10% desses municípios estavam concentrados 42% do total da população e 71,8% do total de homicídios.

Os homicídios não só se concentram em determinadas regiões, como afetam grupos de maneiras diferentes. Por exemplo, em 2004 houve no Brasil 48.374 homicídios, sendo 18.599 de jovens (15 a 24 anos) e, desses, 17.419 do sexo masculino.

**Você
sabia?**

Segundo o *Mapa da Violência 2010 – Anatomia dos homicídios no Brasil*, que analisou os dados de homicídios no país entre 1997 e 2007, os jovens homens continuam sendo as maiores vítimas de homicídios.

Em 2007, 47.707 brasileiros foram vítimas de homicídios.

Entre a população de 15 a 24 anos, foram 17.475 vítimas.

Entre as vítimas jovens, 93,9% (ou 16.408) eram homens, sendo 11.905 negros.

Leia mais:

<http://www.institutosingari.org.br/mapadaviolencia/>

É preciso considerar todas essas informações ao se pensar em estratégias de prevenção da violência. Por um lado, os números sugerem que os homicídios se concentram em grandes centros urbanos, sobretudo em suas regiões periféricas, o que exige que se olhe para esses locais a fim de entender que condições estão propiciando a ocorrência de tantas mortes (ou outros atos de violência). Ao mesmo tempo, os dados apontam que os jovens são a maioria esmagadora das vítimas dos homicídios, sobretudo homens e moradores das periferias – o que exige, novamente, um olhar detalhado sobre essas localidades e esses grupos.

Assim, ao se pensar a relação entre juventude e violência é preciso partir de dados concretos, informações criminais, para entender quais jovens estão sendo mais afetados e onde. Outro ponto importante é conhecer melhor os grupos e as dinâmicas locais. Alguns autores que se dedicam ao assunto têm levantado algumas pistas relevantes, que muitas vezes vão na contramão do senso comum, que prega que os jovens moradores das periferias se envolvem com a violência porque precisam de emprego/ dinheiro e entram para o tráfico de drogas. O que esses autores apontam é que justamente por conta das características dessa fase de vida, da necessidade de validação, de reconhecimento e de ocupar um lugar na sociedade, muitos jovens que se veem privados desse acesso utilizam a violência como a única forma de ganhar visibilidade e respeito.

Atenção!

“Um menino pobre caminha invisível pelas ruas das grandes cidades brasileiras. (...) Sem perspectivas e esperança, sem vínculos afetivos e simbólicos com a ordem social, sem pontos de conexão identitária com a cultura dominante, o menino permanece invisível, enquanto perambula pelas esquinas. A invisibilidade pode ser produzida pela indiferença pública à sua presença – que nunca é somente física; é sempre também social – ou pela projeção sobre ele de estigmas, os quais dissolvem os aspectos singulares que o distinguem como pessoa humana. (...)”

Quando um traficante lhe dá uma arma, nosso personagem invisível recebe muito mais do que um instrumento que lhe proporcionará vantagens materiais, ganhos econômicos e acesso ao consumo; o menino recebe um passaporte para a existência social, porque, com a arma, será capaz de produzir em cada um de nós, em cada esquina, um sentimento: o medo, que é negativo, mas é um sentimento. Provocando no outro um sentimento, o menino reconquista presença, visibilidade e existência social.(...) a arma nas mãos de nosso jovem personagem é muito mais que um meio a serviço de estratégias econômicas de sobrevivência. Há uma fome anterior à fome física; mais funda, mais radical e mais exigente que a fome física: a fome de existir, a necessidade imperiosa de ser reconhecido, valorizado, acolhido. Por isso, pelo menos tão importante quanto as vantagens econômicas, na cena da violência, destaca-se a relevância dos benefícios simbólicos, afetivos, psicológicos, intersubjetivos.”

Novas políticas de Segurança Pública. Luiz Eduardo Soares.

Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4096>

Olhar para a violência como um recurso que os jovens utilizam para ganhar respeito, visibilidade e reconhecimento faz sentido mesmo quando se discute violência letal. As (ainda escassas) pesquisas existentes mostram que a maioria dos homicídios acontece por mo-

tivos banais, entre pessoas que se conhecem e muitas vezes sem antecedentes criminais. Isso significa que a forma como as pessoas estão resolvendo seus conflitos interfere diretamente nos alarmantes índices de homicídios no país. Portanto, trabalhar aspectos de relacionamento e mediação de conflitos entre jovens pode ser um caminho bastante eficaz.

Outro ponto que se coloca como um desafio no debate sobre a relação entre juventude e violência é superar a dificuldade, para muitos setores, em assumir a prevenção da violência como uma questão na agenda de trabalho com a juventude. Há uma resistência em relação ao tema, negando o envolvimento com a violência e a criminalidade como uma questão prioritária. Essa negação da prevenção da violência como um tema específico da agenda de políticas públicas para a juventude acontece, em parte, por causa de um receio em criminalizar os jovens. Assumir que o envolvimento de jovens com a violência é um problema a ser enfrentado pode ser entendido, pelos setores mais conservadores, como um atestado de que a juventude é um grupo de risco e que todo jovem estaria então automaticamente destinado a se envolver em situações violentas – o que justificaria medidas de restrição de liberdade ou “ocupação” dos jovens.

O movimento de juventude defende que os jovens formam um grupo autônomo e heterogêneo, em fase de desenvolvimento e consolidação, e para que seus direitos sejam garantidos é preciso um olhar específico para sua condição. Ou seja, o simples fato de ser jovem já demanda um conjunto de ações e políticas para garantir seu direito, independentemente de haver algum tipo de envolvimento com violência. Um passo que o movimento precisa dar é justamente na percepção de que a segurança também é um direito dos jovens e, portanto, pensar em ações de prevenção da violência não significa estigmatizar esse grupo, e sim trabalhar para garantir seu desenvolvimento integral.

Para pensar em soluções para prevenir o envolvimento de jovens com a violência, é importante estimular a realização de diagnósticos. Assim, o ideal é que a discussão sobre juventude e violência seja finalizada com a realização de um levantamento dos problemas de violência que afetam a juventude local e também das características desses jovens – seus interesses, comportamentos, desejos etc.

Atividade: Levantamento de Problemas de Violência e Características da Juventude Local

Duração: 1 hora a 1 hora e meia

Material: cartolina para cada subgrupo

Objetivo: exercitar um olhar focalizado nos problemas da região, buscando entender quais questões de violência mais afetam a juventude e também quais as características dos jovens daquela localidade.

Descrição:

O facilitador divide os participantes em 4 subgrupos, com a seguinte tarefa:

- Discutir e apontar os três principais problemas de violência direta que afetam a juventude.
- Discutir e apontar quais as características dos jovens envolvidos com esses problemas (seja como vítimas, seja como autores).

Aconselhamos que quanto mais esse exercício for feito calcado em dados concretos, melhor será, para se evitar cair no senso comum, em considerações abstratas sobre os jovens e os problemas de violência, na reprodução de estereótipos baseada em manchetes policiais.

Dicas:

- Os organizadores do encontro podem buscar dados sobre a juventude na região, os tipos de violência e crimes com os quais os jovens estão mais envolvidos etc.
- Ou, então, podem pedir aos participantes que busquem esses dados antes do encontro.
- Outra opção é fazer que o exercício de levantamento não seja uma simples discussão em subgrupos, mas que esses subgrupos tenham à sua disposição computadores, relatórios e outros materiais que lhes permitam buscar tais informações.

No final da atividade, os grupos podem apresentar seus resultados e os facilitadores devem recolher o que foi produzido, pois será utilizado em uma atividade de diagnóstico mais aprofundado no dia seguinte.

O Novo Paradigma da Segurança Pública

Esta é uma apresentação com conceitos novos, que pretende apontar caminhos para a construção de políticas e ações de prevenção da violência. Ela tende a ser mais densa e pode parecer cansativa para os participantes, por isso é importante combinar momentos expositivos com trabalhos em grupos e espaços de participação para ser mais dinâmica e permitir que os participantes relacionem e vivenciem os conteúdos abordados.

A ideia é partir de um panorama da segurança pública no Brasil – como o tema entrou na agenda, que visão norteou as políticas, por que o modelo não deu certo e quais os principais conceitos inerentes ao que se convencionou chamar “o novo paradigma da segurança pública”. Com base nesses conceitos, pode-se então trabalhar a construção de diagnósticos e de ações intersetoriais para prevenção da violência.

Um começo interessante para essa exposição pode ser perguntar ao grupo a primeira palavra que lhes vem à cabeça quando pensam em segurança pública: é muito provável que as respostas remetam a ações e atribuições das polícias e do sistema de justiça criminal, o que pode ser um bom gancho para tratar das concepções sobre segurança pública vigentes no Brasil e como elas vêm, aos poucos, se transformando.

Algumas informações podem nortear o panorama da segurança pública no Brasil. A segurança pública entrou na agenda nacional a partir da década de 1980, com o crescimento dos índices de violência nas metrópoles. Naquele momento, havia duas concepções sobre segurança pública:

- A ideia de que segurança era uma questão de defesa do Estado e a violência deveria ser combatida com foco exclusivo na repressão dos criminosos.

- A visão de que violência não era um problema em si, mas fruto das desigualdades sociais, portanto, à medida que se resolvessem problemas estruturais do país, os índices de violência cairiam.

A primeira concepção ganhou força e orientou as políticas nessa área, que se voltaram então para o sistema de justiça criminal e as polícias. Durante os anos 80 e 90, muito se investiu na construção de presídios, no endurecimento de penas e na defesa e no aparelhamento de uma polícia dura, violenta e muitas vezes abusadora dos direitos dos cidadãos. Por outro lado, setores mais progressistas da sociedade, muitos ligados aos movimentos sociais, abstiveram-se do debate sobre segurança pública, o que aumentou ainda mais o distanciamento entre sociedade civil e as forças de segurança.

Esse modelo não funcionou, porque não foi capaz de promover uma redução nos índices de criminalidade. Por exemplo, a Lei de Crimes Hediondos foi criada durante a década de 1990, buscando desestimular os criminosos a cometer crimes graves – considerados hediondos –, aumentando as penas para certos crimes e excluindo o direito a uma série de benefícios (como a redução da pena por bom comportamento e a passagem de um estabelecimento fechado para um semiaberto). Desde a criação da lei, a lista de crimes considerados hediondos não parou de aumentar e, apesar disso, a maior parte desses crimes cresceu.

E o que havia de errado com esse modelo? Em primeiro lugar, as políticas estavam priorizando a reação do Estado aos crimes violentos, ou seja, investiu-se muito em ações após a ocorrência de crimes, mas muito pouco em ações que pudessem de fato evitar que tais crimes ocorressem. Tomando a saúde como exemplo, seria o equivalente a construir cada vez mais hospitais para tratar os doentes em vez de investir em programas de prevenção às doenças.

Outro problema é a concepção da segurança pública como assunto e responsabilidade restrita às polícias e ao sistema de justiça criminal, excluindo do debate e da criação das políticas todos os outros setores governamentais e não governamentais.

Para superar esse modelo, pesquisadores e profissionais da área começaram a discutir novos conceitos que passaram a compor o que atualmente é chamado o novo paradigma da segurança pública. Não é um modelo totalmente pronto e consolidado e sim uma nova forma de olhar para o problema da violência no Brasil e propor estratégias diferentes e eficazes. Aos poucos, o novo paradigma tem sido disseminado e orientado para a concepção de políticas e ações em várias esferas governamentais.

De maneira resumida, o novo paradigma está balizado em três pressupostos:

- Segurança pública como um direito e responsabilidade de todos

O foco passa a ser a segurança dos cidadãos, e não do Estado. Com a ampliação do leque de responsáveis pela segurança pública, percebe-se a importância de um trabalho que envolva diversos órgãos e esferas estatais (federal, estadual, municipal) e a sociedade civil; e da integração entre esses atores. Além disso, aponta-se a necessidade de uma política pública de segurança, pautada em um diagnóstico que compreenda também as seguintes fases: formulação, implementação, avaliação, monitoramento e participação.

- Políticas de prevenção devem estar aliadas à repressão qualificada

A repressão continua sendo uma estratégia essencial, mas deve ser combinada com ações de prevenção da violência. O antigo modelo de repressão, baseado no endurecimento da ação do Estado, é substituído pela ideia de repressão qualificada, dentro dos limites da lei, respeitando os princípios democráticos e priorizando a inteligência em detrimento do uso desnecessário da força. As ações de prevenção devem ter como foco evitar a incidência de crimes e violência, e por isso precisam responder à especificidade de cada contexto; não é toda ação social que será automaticamente uma ação de prevenção da violência.

- Agenda específica para a segurança pública

Por essa nova ótica, a prevenção da violência passa a ser uma temática transversal a todas as agendas: da saúde, da educação, da polícia, da justiça criminal, da juventude, da assistência social, do esporte, da cultura etc. Cada setor tem potencial para desenvolver ações de prevenção, dentro de suas atribuições e governabilidade. Quanto mais combinadas e integradas elas forem, maior será sua eficácia.

Prevenção da Violência

Como o foco dessa sensibilização é a prevenção da violência, vale discutir com o grupo o que é prevenção e como diferenciar as ações de prevenção da violência das ações de garantia de direitos sociais. Essa diferenciação é importante porque, como se viu, há uma corrente de pensamento que vê a violência como fruto das mazelas sociais e entende, portanto, que ações de inclusão social são ações de prevenção da violência.

O objetivo da prevenção é reduzir a incidência e os danos de crimes e violências e aumentar a segurança dos cidadãos. Mas o que faz uma ação ser de prevenção? Pensando em um caso hipotético, é possível discutir com o grupo:

“Em uma grande cidade, existe uma periferia que sofre com altos índices de criminalidade, onde agressões verbais e físicas são frequentes e há registro de diversos casos de homicídio. Apesar de ser bastante populosa, não possui equipamentos públicos nem muitas atividades de lazer e espaços de convivência.

Os jovens costumam frequentar um terreno baldio descampado e o usam como campinho. Além disso, existem apenas alguns botecos e nada mais para se divertirem.

Imaginemos que uma ONG decida fazer um projeto com aulas de teatro. Pode-se dizer que esse projeto é de prevenção da violência?”

A resposta é **não**. Esse projeto não é de prevenção da violência, porque lazer e cultura são direitos. Portanto, se o projeto pretende garantir o acesso da população à cultura, não é um projeto de prevenção da violência. De maneira simplificada, um projeto de prevenção da violência define-se como tal por causa do resultado e da intencionalidade, e não do tipo de ação. Uma ação “social” não necessariamente é uma ação de prevenção da violência, mesmo que contribua, indiretamente, e certamente o fará, para reduzir o envolvimento dos atendidos com a violência. Não é porque um projeto está em um contexto de violência que todas as suas ações serão de prevenção, pois isso indicaria que todas as pessoas que ali residem são potenciais criminosos, o que evidentemente não é verdade.

Como dissemos, o que faz um projeto ser de prevenção da violência é seu foco e intencionalidade. Ele pretende interferir nas dinâmicas da violência (aqui, entendidas não como

simplesmente decorrentes de determinada situação de exclusão social, mas sim como a forma pela qual as pessoas se relacionam, os valores, atitudes, condições que propiciam a violência)? Para isso, o projeto deve contribuir especificamente para diminuir os fatores de risco ou fortalecer os fatores de proteção daquele local.

Ainda considerando o exemplo das aulas de teatro, se esse curso for dirigido aos jovens com um histórico de envolvimento com a violência; se as aulas tratarem de aspectos que estão diretamente ligados à ocorrência de violência naquela comunidade (uso de armas, cultura da violência, forma como as pessoas resolvem seus conflitos e acessam direitos, relação dos jovens com a polícia), ele pode, sim, ser entendido como uma estratégia de prevenção da violência, ou seja, integração de programas e ações em diversas áreas e esferas do governo e da sociedade com um objetivo comum.

Outro aspecto a ser considerado é que nenhuma ação isolada consegue prevenir a violência. Como já foi visto, esse é um fenômeno complexo, com muitas causas e fatores envolvidos e, portanto, não faz sentido supor que uma única estratégia dê conta dessa complexidade. Pelo contrário: a prevenção da violência é potencializada quanto mais contemplar ações diversas e integradas.

Realização de Diagnósticos para a Construção de Políticas e Ações de Prevenção da Violência

Mas como construir políticas e ações de prevenção da violência? O primeiro passo, como vem sendo reforçado desde a primeira apresentação conceitual, é realizar um diagnóstico. A intenção é identificar e analisar os problemas ligados à violência em determinada área, o público mais afetado, o mais envolvido, identificar as causas de envolvimento e, também, o que já existe naquele local e pode ser fortalecido e reformulado para focalizar a prevenção.

Uma estratégia que já é adotada pela saúde pública, é buscar identificar os fatores de risco e de proteção associados a um determinado problema, ou epidemia (vale dizer que a violência no Brasil já vem sendo considerado pelos especialistas como uma epidemia). Esse é um modelo que pode ser bastante útil no campo da segurança pública, pois permite um

olhar mais acurado sobre as dinâmicas da violência. E como fazer isso? Primeiramente, é preciso entender o que são fatores de risco e de proteção:

- *Fatores de risco*: quando em conjunto, esses fatores influenciam a relação dos indivíduos com a violência e aumentam a possibilidade de uma ação violenta. Quanto maior o número de fatores de risco, maior a probabilidade da ocorrência de violência.

- *Fatores de proteção*: podem diminuir a probabilidade de situações de violência e neutralizar os fatores de risco. Quanto maior a presença de fatores de proteção e menor a presença de fatores de risco, menor a probabilidade de incidência e de efeitos negativos de crimes e violências.

Antes de apresentar exemplos de fatores de risco e de proteção, é importante ressaltar que fatores de risco não significam uma relação automática de causa e efeito. Assim como não podemos afirmar que todo fumante será vítima de câncer (apesar de o fato de fumar aumentar muito as chances de desenvolver essa doença), também não podemos afirmar que determinada pessoa ou comunidade, por estar próxima de inúmeros fatores de risco que potencializam a violência, se envolverá inexoravelmente com situações de violência.

Como exemplos de fatores de risco para a exposição e o envolvimento com a violência, podemos apontar:

- Desorganização social, comunitária e familiar.
- Desigualdade de oportunidades.
- Discriminação, marginalização e exclusão de grupos minoritários.
- Disseminação de valores, normas e atitudes favoráveis ao crime e à violência.
- Disseminação de instrumentos (armas) e substâncias (álcool e drogas) que facilitam a prática do crime e da violência.
- Relações com envolvidos com o crime e a violência.
- Ausência ou fragilidade de políticas de prevenção do crime e da violência.
- Existência de oportunidades para a prática de crimes e violência.

Por outro lado, podem ser fatores de proteção:

- Forte organização comunitária.
- Oportunidades de convivência e acesso a direitos para jovens.
- Ocupação democrática do espaço público.
- Presença policial.
- Escola aberta para interagir com a comunidade e para o diálogo com os alunos.
- Relacionamento familiar positivo.
- Projeto de mediação de conflitos.
- Valorização da cultura de paz.

Atenção!

Ao levantar fatores de risco e proteção, é preciso fugir de estereótipos e do senso comum e procurar dirigir o olhar para cada realidade. As comunidades e periferias das metrópoles brasileiras podem apresentar semelhanças em relação aos dados de exclusão social, mas possuem muitas diferenças quanto aos problemas de violência, grupos afetados, relações comunitárias etc. São justamente as características específicas de cada local que podem dar pistas dos fatores de risco e de proteção e orientar políticas mais eficazes.

Para identificar os fatores de risco e de proteção em determinada comunidade, pode-se recorrer a diversas estratégias. Desde olhar para os dados criminais, entender quais são os problemas mais frequentes, onde se concentram, as características comuns de autores e vítimas, até fazer consultas à população, às polícias, às escolas, buscando informações mais qualitativas.

É preciso também combinar dados de várias fontes, como saúde, promoção social, polícia, educação, além de mapear a rede de proteção social: quais são os equipamentos públicos e as organizações da sociedade civil existentes na região que atendam os jovens, como

o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), conselhos tutelares, projetos sociais, organizações não governamentais etc.

Feita essa explanação, o facilitador pode sugerir que os participantes, divididos nos mesmos subgrupos do dia anterior, façam um exercício de levantamento de fatores de risco e de proteção relacionados aos problemas de violência apontados previamente. Nesse exercício, é muito importante, mais uma vez, fugir do senso comum e procurar se basear em dados concretos. Assim, sugerimos que os organizadores disponibilizem materiais e fontes de informações para os participantes consultarem.

Atividade: Levantamento de Fatores de Risco e de Proteção

Duração: 2 horas

Material: cartolinas, tarjetas coloridas, fita crepe, canetão

Objetivo: reconhecer os fatores de risco e de proteção relacionados aos problemas de violência levantados no dia anterior.

Descrição:

Os mesmos grupos que trabalharam juntos no exercício anterior (levantamento dos problemas de violência e características da juventude local) recebem 1 cartolina e tarjetas coloridas (uma tarjeta para escreverem o problema, 10 tarjetas para os fatores de risco e 10 para os fatores de proteção).

Cada grupo deve escolher, entre os problemas de violência levantados no dia anterior, um problema que queira detalhar nesse exercício. Com base nesse problema e nas informações disponíveis, eles devem fazer o levantamento de fatores de risco e de proteção relacionados ao problema.

Você
sabia?

Recentemente, foram lançadas duas pesquisas sobre o envolvimento de adolescentes e jovens com a violência.

- Em 2009, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública lançou o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V), que analisa as condições dos jovens nas cidades com mais de 100 mil habitantes.

A pesquisa está disponível em <http://www.forumseguranca.org.br>

- Também em 2009, o Observatório de Favelas lançou o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), que aponta os dados de violência letal entre 12 e 18 anos nas cidades com mais de 100 mil habitantes e estima o risco de mortalidade entre adolescentes que residem num território e o número de homicídios que cabe esperar ao longo dos próximos sete anos (entre 12 e os 18 anos) se as condições não mudarem.

Mais detalhes em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br>

Após essa atividade, os grupos podem compartilhar o resultado de seu trabalho. O facilitador pode aproveitar esse momento e promover uma reflexão com os participantes sobre o processo de levantamento de fatores de risco e proteção, as dificuldades enfrentadas pelos grupos e os desafios. Provavelmente, os participantes devem apontar a falta de dados e informações qualitativas como obstáculos ao trabalho, e pode ser um bom gancho para que o grupo pense em como essa situação pode ser melhorada: onde buscar os dados, garantir que cada órgão sistematize e disponibilize suas informações, pensar em ações de integração e troca de informações etc.

Construção de Estratégias de Prevenção da Violência entre Jovens

A última parte do encontro de sensibilização trata da construção de estratégias de prevenção da violência entre jovens, baseada em tudo o que foi exposto e construído com o grupo nessa formação. A ideia é que os grupos construam ações com foco na prevenção, fundamentados em sua governabilidade e suas atribuições com base no exercício de diagnóstico. Ou seja, as ações devem dar conta das características locais e das dinâmicas da violência apontadas.

Atividade: Construção de Propostas de Prevenção da Violência

Duração: 1 hora

Material: cartolina, canetão

Objetivo: construir propostas de prevenção de violência.

Descrição:

O mesmo subgrupo constrói uma ou duas propostas de ações de prevenção para dar conta do problema levantado, considerando o que pode fortalecer os fatores de proteção e reduzir os fatores de risco para a incidência de tal problema.

Após o exercício, vale fazer um fechamento com o grupo sobre os desafios de um trabalho integrado e intersetorial e as recomendações gerais para a elaboração de políticas e ações de prevenção da violência

Recomendações:

- Buscar mais informações sobre o problema, o contexto, a incidência, os fatores de risco e de proteção.
- Não estigmatizar os jovens como criminosos/vítimas em potencial.
- Não estabelecer relação de causa e efeito entre vulnerabilidade e envolvimento com a violência /criminalidade.
- Desenvolver ações na perspectiva da promoção de direitos dos jovens, mas sem criminalizar as políticas sociais: qualquer política previne a violência?
- Levar em conta o perfil dos jovens e suas demandas – fortalecer espaços de convivência e a criação de referências positivas.
- Promover a articulação e a integração de ações.
- Pensar em como deve ser o diálogo dessas ações com as forças de segurança pública (polícia, guarda).
- Envolver o jovem na elaboração do diagnóstico e da política.

Como fazer?

Organizando um Encontro de Sensibilização

A seguir, apresentamos algumas dicas e sugestões para organizar um encontro de sensibilização. O primeiro passo é definir seu objetivo, sua justificativa, o público, o conteúdo e a estrutura.

Para quê? (Objetivo)

Ter clareza sobre o objetivo da sensibilização permite definir as expectativas e fazer uma divulgação focada no público-alvo. Nos seminários realizados, ficou definido que seu objetivo seria: *sensibilizar profissionais que atuam no setor público e em organizações da sociedade civil sobre a temática da prevenção da violência entre jovens.*

Por quê? (Justificativa)

A justificativa traz a relevância da proposta e também possibilita pensar nas expectativas, público esperado e formato do encontro. A realização dos seminários, em 2009, partiu das seguintes justificativas:

- A segurança pública é direito e responsabilidade de todos.
- Os jovens são as maiores vítimas e os maiores autores de violência letal no Brasil.
- Há uma demanda por encontros de formação e troca de conhecimento sobre prevenção da violência entre jovens.
- Ainda é pequeno o diálogo e a troca entre profissionais que atuam diretamente na área de segurança pública e aqueles que atuam com jovens.

Para quem? (Público-alvo)

Para propiciar o debate esperado entre os diversos setores envolvidos com prevenção da violência entre jovens, é importante garantir profissionais do setor público e de organizações da sociedade civil de diversas áreas: educação, assistência social, esporte, cultura, segurança pública, defesa social, entre outras.

A diversidade de perfil dos participantes, tanto nas suas áreas de atuação quanto em relação ao seu poder de decisão, resulta em um diálogo rico entre pessoas, setores e instituições que, apesar de trabalharem com o mesmo tema e/ou público, quase não têm oportunidade de trocar experiências e conhecimentos. Por isso, é preciso combinar não só pessoas de diversas áreas, como profissionais com maior poder de decisão e outros que atuam “na ponta”.

O quê? (Conteúdo)

Definido o perfil dos participantes, devem ser pensados os conteúdos e as atividades com base no objetivo da sensibilização. Além da escolha do fio lógico conceitual, devem ser definidos que materiais serão produzidos e que dinâmicas e atividades serão utilizadas.

É importante que as atividades propostas possibilitem a discussão, a troca de experiências, e os participantes possam fazer uma relação entre o conceito e a prática. Os facilitadores podem buscar incluir conteúdos e informações baseados nas experiências dos próprios participantes.

Como? (Metodologia e estrutura)

A metodologia proposta privilegia o diálogo, a prática e a interação dos participantes com os temas desenvolvidos, individualmente ou em grupos. Vale ressaltar que os participantes trazem exemplos e histórias bastante ricas; escutá-las e incentivá-las é essencial para tornar o encontro mais proveitoso e dinâmico.

A escolha metodológica interfere em toda a estrutura do encontro, na escolha dos participantes, na ambientação da sala e na programação. A seguir apresentaremos com mais detalhes a estrutura dos seminários realizados e também a metodologia.

Estrutura dos Encontros

Estabelecidos o conceito e o conteúdo geral do encontro, é necessário organizar a parte logística, que inclui a programação, escolha do espaço, divulgação e registro.

Programação

A programação deve ser pensada de acordo com as expectativas da sensibilização e o perfil do público, levando em conta sua disponibilidade. Por isso, sugerimos que as atividades durem no máximo dois dias inteiros, como foi feito com os seminários realizados em 2009. O encontro pode ser iniciado com uma fala de abertura de representantes do poder público ou entidades expressivas na área da juventude e/ou da segurança pública, buscando motivar os participantes para a importância da discussão. É fundamental que, ao final de cada dia, haja um momento de avaliação dos participantes, sobre o qual falaremos adiante.

Segue uma sugestão de programação, baseada no que foi realizado pelo Instituto Sou da Paz em 2009:

Dia I	Dia II
Recepção e credenciamento	Recepção
Fala de abertura	Fala de abertura
Apresentação conceitual violência	Apresentação conceitual sobre o novo paradigma da segurança pública
Intervalo	Intervalo
Apresentação conceitual violência e debate com o grupo	Apresentação conceitual sobre realização de diagnóstico e exercício prático
Almoço	Almoço
Apresentação conceitual juventude	Apresentação do resultado do exercício de diagnóstico sobre fatores de risco e proteção
Intervalo	Intervalo
Apresentação conceitual juventude + levantamento de problemas	Apresentação conceitual sobre ações de prevenção da violência e exercício prático
Fechamento	Fechamento e entrega de certificados
Avaliação	Avaliação

Divulgação

Para garantir a adequação do perfil dos participantes ao que se espera com os encontros, sugerimos fazer uma divulgação dirigida para profissionais previamente identificados, o que exige um levantamento de contatos estratégicos tanto do poder público quanto de organizações da sociedade civil.

Com base em informações como instituição, cargo, contatos e experiência na área, é possível selecionar as pessoas que são o foco do encontro e enviar o convite (eletrônico ou físico) diretamente para os profissionais.

É importante convidar aproximadamente 30% a mais de pessoas do que o número de vagas. Se houver muito mais inscritos do que vagas, deve ser realizado um processo seletivo com critérios como diversidade de áreas, experiência de trabalho com jovens e com segurança pública.

Criar um banco de dados com os contatos de todos os interessados em participar é essencial para um mapeamento de quem são esses profissionais, para eventos futuros, e também para facilitar a seleção dos inscritos caso isso seja necessário.

Sugerimos que estes banco de dados contenha, além de informações básicas como nome e contato do inscrito, sua formação, cargo, sua experiência de trabalho com juventude e/ ou prevenção da violência.

Definidos e selecionados os participantes, todos os interessados devem receber a confirmação de sua participação (ou a notificação da impossibilidade desta), por e-mail e pelo telefone.

Espaço para as Atividades

A estrutura física do encontro deve ser pertinente à metodologia, garantindo o bom desenvolvimento das atividades, e ao conforto dos participantes. Assim, o espaço físico deve facilitar a troca e o diálogo. Uma sala com cadeiras soltas pode ser organizada de forma circular, para proporcionar a comunicação e o debate; nas atividades em grupos, pode-se organizar pequenos círculos.

Para Facilitar a Organização do Encontro

- Para que nada seja esquecido, uma boa dica é criar um *checklist*, uma grande lista com os itens a serem providenciados, o responsável e os prazos de execução.
- Se o trabalho for feito por uma equipe, precisa haver uma boa circulação das informações sobre o que já foi realizado e o que falta fazer. Dessa forma, as pessoas compreendem o todo e realizam suas tarefas de maneira organizada.
- Para a construção do *checklist*, deve-se pensar primeiro nos grandes tópicos: convidados, alimentação, espaço físico, equipamentos, conteúdos etc. O ideal é que as ações estejam divididas no tempo: antes, durante e depois do encontro.
- Lembre-se de que cada uma das ações pode ser mais detalhada para minimizar possíveis erros – veja um exemplo de *checklist*:

Prazo	Atividade	Responsável	Status
Convidados			
	Formar banco de dados		Concluído
	Selecionar convidados		Em andamento
	Convidar os participantes		Em andamento
	Confirmar os participantes		Em andamento
Espaço físico			
	Providenciar sala		Concluído
	Providenciar equipamentos		Concluído
Alimentação			
	Providenciar lanche		Em andamento
	Providenciar almoço		Em andamento
Conteúdos			
	Montar apresentação de Powerpoint		Concluído

Registro

Para compartilhar os resultados com os participantes e parceiros e para divulgar próximos eventos, é necessário ter a lista de presença, fotos e, se possível, até vídeos que possam alimentar *sites* ou *blogs* das instituições organizadoras do evento.

Também é importante que os organizadores façam, depois do evento, um registro do que foi planejado e de como o encontro aconteceu – o que deu certo, o que teve de ser modificado, qual a percepção geral sobre o público. Assim, fica mais fácil planejar e realizar encontros semelhantes.

Saiba mais

Sobre violência e gestão da segurança pública:

- *Crimes Hediondos*. Alberto Silva Franco. Editora Revista dos Tribunais, 1992
- *É possível - Gestão da segurança pública e redução da violência*. Fernando Veloso e Sergio Guimarães Ferreira. Editora Contracapa e Instituto de Estudos de Política Econômica (Iepe), 2008
- *Políticas municipais de segurança cidadã: problemas e soluções*. Paulo Mesquita Neto. Caderno Análises e Propostas 34, FES, junho de 2007.
Disponível em <http://www.fes.org.br>
- *A segurança como um desafio moderno aos direitos humanos*. Marcos Rolim. Caderno Análises e Propostas 33, FES, dezembro de 2006
Disponível em <http://www.fes.org.br>
- *Segurança pública tem saída*. Luiz Eduardo Soares. Sextante, 2006
- *Violencia, guerra y su impacto*. Sobre los efectos visibles e invisibles de la violencia. Johan Galtung.
Disponível em <http://them.polylog.org/5/fgj-es.htm>
- *Violência Urbana*. Guilherme de Assis Almeida e Paulo Sergio Pinheiro. Publifolha, 2003
- *World Report on Violence and Health*. World Health Organization (WHO), 2002

Sobre juventude, violência e estratégias de atuação:

- *Gangues, Galeras, Chegados e Rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Miriam Abramovay. UNESCO, 1999
- *IVJ-Violência e Exposição da juventude à violência*. Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação – Eixo 1. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009
Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br>
- *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. Helena Abramo. Ação Educativa, 2005
Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php>
- *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Jorge Abrahão de Castro e Luseni Aquino. IPEA, Brasília, 2008
Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1335.pdf
- *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. CONJUVE, 2006
Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>
- *Sistematização de Projetos de Prevenção da Violência entre Jovens*. Relatório de Pesquisa. Projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação – Eixo 2. ILANUD, 2010
Disponível em: <http://www.ilanud.org.br>

Créditos e Ficha técnica

Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação

Ministério da Justiça

Ministro: Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Secretário-Executivo: Rafael Thomaz Favetti

Secretário Nacional de Segurança Pública: Ricardo Brisolla Balestreri

Secretário Executivo do Pronasci: Ronaldo Teixeira da Silva

Secretário Nacional de Justiça: Romeu Tuma Júnior

Secretário de Reforma do Judiciário: Rogério Favreto

Secretário de Assuntos Legislativos: Pedro Vieira Abramovay

Secretária de Direito Econômico: Mariana Tavares de Araújo

Departamento de Políticas, Programas e Projetos

Diretor: Alexandre Augusto Aragon

Coordenação-Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública: Cristina Gross Villanova /
Suelen Sales (Gerente de Projetos)

Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Diretora: Juliana Márcia Barroso

Coordenação-Geral de Pesquisa: Luciane Patrício

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Presidente do Conselho de Administração: Jésus Trindade Barreto Jr.

Conselho de Administração: Elizabeth Leeds - Presidente de Honra / Denis Mizne / Humberto Vianna / Jacqueline Muniz / Jésus Trindade Barreto Jr. / José Luiz Ratton Jr. / José Marcelo Zacchi / José Vicente Tavares dos Santos / Kátia Alves / Luciene Magalhães de Albuquerque / Luís Flávio Saporì / Renato Vieira de Souza / Carlos Roberto Sant'Ana da Rosa / Sérgio Roberto de Abreu / Sílvia Ramos / Wilson Batista

Secretário Geral: Renato Sérgio de Lima

Equipe do Projeto

Coordenadora: Claudia Guazzelli Charoux

Assistente: Vanessa Abdo Benaderet

Estagiária: Natalia de Oliveira Romano

Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação

Reinaldo Chaves Gomes (PRONASCI/ MJ) / Marcelo Ottoni Durante (UFV) / Claudio Bandel Tusco (MJ)/ Isabel Figueiredo (MJ) / Helder Ferreira (IPEA) / Renato Sérgio de Lima (FBSP) / Paula Miraglia (ILANUD)

Supervisão e Coordenação Geral do Projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação

Renato Sérgio de Lima / Denis Mizne / Melina Risso / Paula Miraglia

Instituto Sou da Paz

Diretor executivo: Denis Mizne

Diretora de desenvolvimento institucional: Melina Risso

Coordenadora da área de adolescência e juventude: Mônica Zagallo Camargo

Coordenadora da área de sistematização, informação e referência: Ligia Rechenberg

Agradecimentos

Daniele Barros Duarte

Luciana Guimarães

Ficha Técnica

**Parceiro
Responsável**

Supervisão e Coordenação Geral: Reinaldo Chaves Gomes

Capacitação de gestores

Coordenação: Ligia Rechenberg e Mônica Zagallo

Redação: Vanessa Abdo Benaderet

Revisão: Solange Martins

Edição de Arte: URBANIA

Tiragem: 1800 exemplares

Data: Maio/2010



Capacitação de gestores

05

Ao longo de 2009, o Instituto Sou da Paz percorreu 13 estados do Brasil com o seminário *Juventude e Prevenção da Violência: novas perspectivas*. Os seminários buscaram contribuir para o aprimoramento e o desenvolvimento de projetos e políticas de prevenção da violência na adolescência e na juventude, por meio da disseminação de conhecimentos para gestores públicos e de organizações da sociedade civil. O interesse e a participação do público confirmaram a demanda por encontros que abordem essa temática desafiadora e com a qual muitos profissionais não têm familiaridade.

Assim, consideramos relevante compartilhar a forma e os conteúdos trabalhados, para estimular a realização de processos de sensibilização de gestores sobre prevenção da violência entre jovens.

Esta cartilha detalha esse processo, apresentando os conceitos abordados e as dicas de organização e condução de um encontro de sensibilização.